

PARDO,
ALGUMAS REFLEXÕES
PRELIMINARES
SOBRE A PRODUÇÃO
DAS IDENTIDADES
E AS FORMAS DE
IDENTIFICAÇÃO DOS
DIFERENTES SUJEITOS,
NO PARANÁ (1853/1888)



V SICCAL

[GT1 - COMUNICAÇÃO, CULTURA E DIVERSIDADE]

Ricardo de Oliveira

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

A proposta do artigo é discutir criticamente a construção histórica da categoria de classificação racial denominada pardo. O texto analisa dois contextos históricos: o presente nacional e a situação social daqueles identificados ou autoidentificados como pardos; o século XIX, a condição do pardo e sua relação com o trabalho escravo, bem como sua representação em jornais da época, especificamente na província do Paraná. O objetivo é refletir sobre a construção de identidades racializadas, no passado e no presente, e como essas identidades operam dentro de uma hierarquia racista como um dos pilares do sistema capitalista.

Palavras-chave: Pardo. Identidade. Escravidão. Racismo. História.

The purpose of the article is to critically discuss the construction history of the racial classification category called pardo. The text analyzes two historical contexts: the national present and the social situation those identified or self-identified as pardos; the 19th century, the condition of the pardo and its relationship with slave labor, as well as its representation in newspapers of the time, specifically in the province of Paraná. The objective is to reflect on the construction of identities racialised, past and present, and how these identities operate within a racist hierarchy as one of the pillars of the capitalist system.

Keywords: Pardo. Identity. Slavery. Racism. History.

El propósito del artículo es discutir críticamente la construcción histórica de la categoría de clasificación racial llamada pardo. El texto analiza dos contextos históricos: el presente nacional y la coyuntura social de los identificados o autoidentificados como pardos; el siglo XIX, el condición del pardo y su relación con el trabajo esclavo, así como su representación en diarios de la época, específicamente en la provincia de Parana. El objetivo es reflexionar sobre la construcción de identidades racializados, pasados y presentes, y cómo operan estas identidades dentro de una jerarquía racista como uno de los pilares del sistema capitalista.

Palabras clave: Pardo. Identidad. Esclavitud. Racismo. Historia.

Considerações iniciais

Neste artigo apresento algumas reflexões preliminares sobre os processos de identificação dos sujeitos e a consequente formação de identidades coletivas. O contexto que serve como objeto de análise é a província do Paraná, entre os anos de 1853 e 1888. Este recorte temporal tem como marco inicial a formação da província paranaense, cujo território foi delimitado, grosso modo, pelas terras que até então formavam a quinta comarca de São Paulo. O marco final coincide com o fim da escravidão legal em todo o Brasil e também com o período final da província, visto que, a partir de 1889 o Brasil passa ao modelo republicano e a província se converte em Estado do Paraná.

Para que as reflexões não sejam relegadas ao passado, como se as situações analisadas fossem dadas por superadas, são estabelecidas pontes entre o contexto paranaense da segunda metade do século XIX e a realidade contemporânea, caracterizada, principalmente, pelos dados do IBGE.

Com o artigo pretendo oferecer um esboço ou, pelo menos, algumas considerações que nos permitam compreender duas questões, cujas respostas não estão dadas, nem podem ser consideradas como superadas ou respondidas; são elas:

- a) Quem é **pardo** no Brasil?
- b) Como se deu o processo de identificação e produção da identidade **pardo**, na província do Paraná, entre 1853 e 1888?

Como toda pergunta colocada para a História, estas duas questões nascem das relações sociais do presente, dos dilemas que temos que encarar no nosso cotidiano, da observação das assimetrias que caracterizam a sociedade brasileira do século XXI, bem como todas as demais nações que emergem da modernidade/colonialidade, marcadas pelas conquistas europeias. A assimetria que marca as relações sociais entre diferentes povos, e entre diferentes grupos sociais dentro de uma mesma nação, é um pilar de sustentação do modelo econômico que a produziu e produz: o capitalismo (Ver Quijano¹). “O capital não só nunca encerrou sua fase de acumulação primitiva, como sempre recorreu a **subsídios raciais** para executá-la.”²

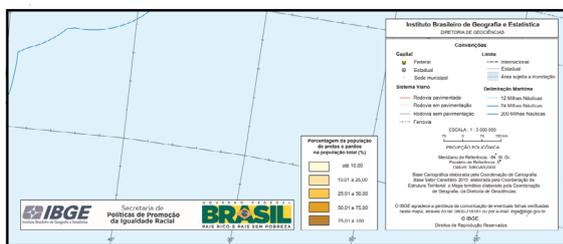
Antes de tratar do passado do processo de identificação produtor dessas assimetrias e do sistema de classificação dentro do qual ele opera, apresento alguns dados, extraídos das estatísticas do IBGE, que dão conta de demonstrar a relevância das questões propostas, bem como a necessidade de compreender esse estado de coisas. Compreender, como afirmou Hannah Arendt, significa, “encarar a realidade, espontânea e atentamente, e resistir a ela – qualquer que seja, venha a ser ou possa ter sido,”³ sem jamais negar, subtrair, defender ou justificar as violências e injustiças que resultam de toda relação desigual.

1 QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: Epistemologias do sul/ Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses [orgs]. São Paulo: Cortez, 2010.

2 MBEMBE, Achille. Crítica da Razão Negra. São Paulo: n-1 edições, 2018, p. 53.

3 ARENDT, Hannah. As Origens do Totalitarismo, anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 20.

De acordo com o mapa da Distribuição Espacial da População Segundo Cor ou Raça, de 2010⁴, 10% da população do Brasil é composta de brancos, 15% de quase brancos (?), 25% de quase pardos ou pardos (?), 25% de pardos escuros (?) e 25% de pardos escuros ou quase negros ou negros (?). A legenda do mapa é de difícil compreensão e apresenta uma paleta de cores que, apenas com muito esforço e imaginação, pode ser reveladora de uma realidade existencial (Fig 01).



[Figura 1] Legenda do Mapa da Distribuição Espacial da População Segundo Cor ou Raça (pretos e pardos), de 2010. Disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_do_brasil/sociedade_e_economia/mapas_murais/brasil_pretos_pardos_2010.pdf.

Foi com razão que Achille Mbembe afirmou que a raça é uma ficção, um fruto da imaginação dominadora dos conquistadores europeus.⁵ A raça é uma ficção útil e sua correlação de cores uma ficção maior ainda. Que pessoa no Brasil poderia ser classificada e ou se auto-reconhecer como branco, de acordo com essa paleta de cores, que vai do branco, passa por tons de amarelo, até chegar ao amarelo escuro? No

que toca as cores de pele, a paleta afirma a existência de um branco inexistente e nega a existência de um negro (ou preto), mas do qual ela promete números, pois o mapa se chama Distribuição Espacial da População Segundo Cor ou Raça, pretos e pardos. As questões aqui levantadas não sugerem a necessidade de uma paleta de cores mais adequada para representar a população brasileira, pelo contrário, aponta justamente para o vazio das categorias de classificação da população, herdadas, como são, do século XIX, o século das raças. Outro ponto que chama a atenção nas estatísticas do IBGE é o fato da raça ainda servir como diferenciador da população.

Não se trata, de forma alguma, de negar a realidade e existência do racismo, pelo contrário, do começo ao fim o texto está permeado por sinais que marcam a força do racismo e seus elementos estruturais. Argumento que a raça é uma ficção, na medida em que os elementos que lhe dão forma e conteúdo não dão conta de tocar na substância do significando. Ou seja, todos os argumentos que buscam explicar a suposta inferioridade de uma identidade ou de uma raça, não dizem respeito ao seu significante, ao corpo negro, ao corpo pardo, indígena, amarelo, ou qualquer que seja. A raça é uma metafísica, seus pressupostos são uma ficção criada e alimentada pela mente colonialista, mas uma ficção com graves implicações sociais, uma ficção que marca e classifica os corpos; uma ficção, enfim, com resultados bastante reais e dramáticos: a subalternização dos corpos negros, pardos, indígenas, amarelos, mulatos e todos os demais que não se enquadrem no branco.

⁴ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/sociedade-e-economia/15963-distribuicao-espacial-da-populacao-segundo-cor-ou-raca-pretos-e-pardos.html?edicao=16125&t=acesso-ao-produto>.

⁵ MBEMBE., Op. Cit., p.28.

A presença e realidade dessa ficção, a força destes preconceitos é de tal forme preponderante que, muitas vezes, mesmo lutando contra falsos princípios, que a nossa razão rejeita e a nossa consciência condena, defendêmo-los sem perceber, raciocinamos segundo estes falsos princípios, obedecemos-lhes atacando-os. É como se fossemos colocados em um círculo vicioso que, coberto pelo véu da novidade, reafirma os preconceitos que procuramos combater.

Mesmo operando dentro de conceitos e categorias ficcionais, as estatísticas têm algo a dizer sobre a realidade prática dessas categorias ou da realidade que elas tentam representar. É nesse ponto que essas ficções nos interessam. O que importa não é, pelo menos não nesse momento, saber da realidade ou ficção das categorias de classificação, mas de compreender o que elas procuram representar e o que elas têm a dizer sobre a nossa sociedade.

Vejamos alguns números: os classificados ou auto-identificados pretos e pardos correspondem a 55,8% da população, mas representam apenas 24% dos deputados federais⁶; os proprietários de grandes estabelecimentos agrícolas são 79% brancos, 18,9% pretos ou pardos e 1,1% de amarelos (?) e indígenas;⁷ pretos e pardos representaram, em 2018, 66% dos subocupados; ainda em 2018, os brancos ganhavam, em

média, 73,9% mais do que pretos e pardos;⁸ a taxa de homicídios de pretos e pardos é três vezes maior que a de brancos.⁹

Esses são os números da desigualdade, a eles se somam muitos outros, que o leitor curioso poderá confirmar no site do IBGE ou em outros portais de informação. Em 2016 a população brasileira atingiu 205,5 milhões de habitantes, dos quais 90,9 milhões se auto-declararam brancos (uma redução de 1,8% em relação aos censos anteriores), 95,9 auto-declarados pardos (um aumento de 6,6%) e 16,8 milhões de auto-declarados pretos (com aumento de 14,9%).¹⁰ De acordo com os números de 2016, a população brasileira é constituída por uma maioria de auto-declarados pardos.

O sistema utilizado pelo IBGE é de 1872 e, apesar de algumas modificações ao longo do tempo, continua operando com categorias de classificação criadas por uma pequena elite econômica e política, que as criou justamente com a finalidade de segregar.¹¹ O censo populacional da província do Paraná, de 1862, já diferencia três categorias de pessoas, os brancos, os pretos e os

6 Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25998-menos-de-um-quarto-dos-deputados-federais-eleitos-sao-pretos-ou-pardos>.

7 Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26139-pretos-ou-pardos-sao-minoria-na-direcao-de-grandes-estabelecimentos-agricolas>.

8 Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25879-pretos-ou-pardos-representam-dois-tercos-dos-subocupados-em-2018>.

9 Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25999-taxa-de-homicidio-de-pretos-ou-pardos-e-quase-tres-vezes-maior-que-a-de-brancos>.

10 Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-populacao-chega-a-205-5-milhoes-com-menos-brancos-e-mais-pardos-e-pretos>.

11 Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-populacao-chega-a-205-5-milhoes-com-menos-brancos-e-mais-pardos-e-pretos>.

pardos¹². O censo do IBGE trabalha com 5 categorias (branco, preto, pardo, indígena e amarelo, mas algumas estatísticas trazem ainda caboclo, mulato e cafuzo) e a (auto) identificação é sempre uma atribuição do sujeito, o que, dado o preconceito de cor no país, possivelmente esconde uma realidade diferente da representada pelos números. Vale lembrar que no século XIX a classificação se valia da identificação vertical, não levando em conta a auto-identificação. Classificar o Outro constituiu-se de importante ferramenta e estratégia para a segregação, a auto-identificação do sujeito, hoje, pode levar em conta os preconceitos oriundos do método de classificação vertical, que inferiorizou certas identidades, preenchendo seus atributos com qualidades negativas, favorecendo, no presente, a opção menos passível de preconceito, no caso, a branca ou parda.

Mas afinal, quem ou o que é Pardo no Brasil?

Para o porteiro, todos aqueles senhores eram um só. Quer tivessem cruz, bengala, cavalo, arnica, chicote, breviário ou coroa de espinhos, dava tudo no mesmo. Um escravo nunca poderia ficar ereto diante deles e muito menos fitá-lo nos olhos.

Os escravos sabiam que o patrão era o dono de suas vidas, seu senhor, aquele que decidia se eles mereciam viver ou

não, se estavam prontos para construir família, se podiam ficar com os próprios filhos ou se estes seriam vendidos como cestas de frutas.

O patrão deliberava sobre tudo o que se relacionasse às suas vidas e mortes, com mais poder que Deus e do que todos os santos dos quais o vigário falava aos domingos.

Um escravo era apenas um pedaço de carne malcheirosa e mais nada. Um negro era uma besta de carga, uma alimária, um saco de carvão... Apenas uma peça.

Um senhor e um negro jamais poderiam ser iguais. Cachorro Velho sabia disso. Os negros nunca dariam chicotadas em uma criança que tivesse apenas apanhado um pedaço de pão. Ele nunca tinha visto Cumbá matar outro homem de pancada, nem Beira cortar a orelha de alguém, nem Malongo estuprar uma mocinha...

Todas aquelas atrocidades tinham vindo sempre dos brancos do engenho ou do feitor.¹³

O objetivo desse artigo não é oferecer uma resposta geral, pronta e acabada para a pergunta, quem é pardo no Brasil? Penso que uma resposta desse tipo resultaria numa ficção tão grande quanto à ficção das próprias categorias raciais. Procuro apenas refletir e oferecer possibilidades de interpretação dessa categoria, a partir da análise dos modos de identificação e classificação da população, em um contexto

¹² DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curityba, 22/06/1862, anno VIII, nº 322.

¹³ CÁRDENAS, Teresa. Cachorro Velho. Rio de Janeiro: Pallas, 2010, p. 23.

específico, no caso, o Paraná, de 1853 a 1888. Entendo que o contexto analisado permite pensar o tema de uma perspectiva histórica. As formas de classificação apresentadas nesse subcapítulo poderão auxiliar para a compreensão das desigualdades demonstradas no subcapítulo anterior.

Vejamos primeiro quais as definições para o termo pardo:

- 1- “O termo pardo remete a uma miscigenação de origem preta ou indígena com qualquer outra cor ou raça.”¹⁴
- 2 – “Cuja cor está entre o branco e o preto; Cuja cor varia entre o amarelo ou o marrom-escuro: envelopes pardos; Diz-se do arroz cuja casca é retirada, sem polimento; A cor parda: o pardo do seu vestido; Pessoa cuja ascendência provém da mistura de diversas raças e etnias; [Antigo] Animal conhecido por ser muito feroz; leopardo.”¹⁵

Pardo pode ser sinônimo de cinzento, mestiço, leopardo (origem latina: *leo pardus*)¹⁶, mulato, cabra, marrom, castanho, gris, pardacento, sombrio¹⁷. Nesse emaranhado de definições e sinônimos, é possível reconhecer alguns referenciais significantes da cor parda, bem como sua apropriação para fins de identificação de sujeitos, em geral, considerados miscigenados. Pensar

no pardo em termos de miscigenação nos conduz ao fato, talvez inegável, que a quase totalidade da população mundial é constituída de pardos, pois, assim como não existem raças, tampouco existem raças puras e a história humana é, em grande medida, a história das relações entre povos que se misturam.

O processo de identificação nunca é neutro,¹⁸ ele expressa a força simbólica daquele que detém o poder; poder de nomear, poder de classificar, poder de excluir. A marca do poder de definir pode ser encontrada em outros aspectos do processo de diferenciação: incluir/ excluir, demarcar fronteiras, classificar puros e impuros, desenvolvidos e primitivos, racionais e irracionais.¹⁹ Na modernidade/colonialidade, as cores são formas de representação das identidades racializadas e respondem ao sistema de classificação social no interior da colonialidade do poder.

Pensando na identidade como processo de identificação²⁰, apresento agora como esse processo ocorreu na província do Paraná. No catálogo seletivo de documentos referente aos indígenas do Paraná provincial, bem como no referente aos africanos e afrodescendentes, livres e escravos, pardo é definido como: “Em geral, pessoa livre, mas

¹⁴ Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21206-ibge-mostra-as-cores-da-desigualdade>.

¹⁵ Disponível em: <https://www.dicio.com.br/pardo/>.

¹⁶ Disponível em: <https://www.dicio.com.br/pardo/>.

¹⁷ Disponível em: <https://www.sinonimos.com.br/pardo/>.

¹⁸ SILVA, Tomaz Tadeu da (org). “A produção social da identidade e da diferença.” In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 4 ed. P.81.

¹⁹ SILVA. *Ibid.*, p. 84.

²⁰ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós modernidade*. Tradução de Tomáz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014, p. 24.

descendente de escravos.”²¹ Os documentos que servem de base para esta exposição foram extraídos do jornal Dezenove de Dezembro, bem como dos já mencionados catálogos. Este jornal foi criado em 1854, com o apoio do governo provincial, recebendo recursos repassados pela presidência da província.

Em 1853, foi criada a província do Paraná, dividida em 19 distritos, com capital em Curitiba. Não tenho dados da população total da província, mas um recenseamento feito por Antônio Manoel Fernandes Júnior, chefe de polícia nomeado por Carta Imperial de 20 de outubro de 1853, apresentado por Romário Martins,²² apurou a existência, na capital, Curitiba, de 5.819 habitantes, não contadas às crianças. Essa população estava dividida entre 2.040 homens e 2.879 mulheres, dos quais, 4.102 são classificados como brancos; 955 mulatos; 762 pretos. Do total classificado como pretos e mulatos, 473 eram escravos.

Nesse período o censo não se baseava, como hoje, na autoidentificação. A identificação operava a partir da classificação vertical. Eram funcionários do Estado, homens brancos, de posses, escravocratas e, às vezes, de títulos, que controlavam todos os aparelhos do Estado; os fragmentos do passado que utilizei nessa pesquisa, são os fragmentos deixados por estes homens. A população indígena não é mencionada. As

categorias por eles utilizadas, bem como as descrições dos traços físicos dos sujeitos, criavam e recriavam os predicados racializados, oficializavam a elaboração dos perfis, refletiam no âmbito nacional e eram refletidos por ele. Dos documentos oficiais aos periódicos, da prática ao discurso, do público ao privado, numa dinâmica circular e permanente, bebendo na fonte das teorias evolucionistas; da literatura indianista, dos relatos de viagem, dos relatórios de expedições de conquista do território Kaingang, Guarani, Xetá; da literatura em geral; das notícias do mundo, com façanhas de conquistadores enfrentando “bárbaros e selvagens”; dos anúncios de fuga, de compra, de venda, de aluguel de seres humanos; de tudo isso, foi se formando o imaginário regional e nacional. Naquilo que Benedict Anderson chamou de *simultaneidade*, formava-se o conteúdo das categorias racializadas.

Nesse processo, quem nomeia e classifica não é um grupo de pessoa que se pressupõe partícipe de uma identidade, mas sujeitos que naturalizam os predicados com os quais se identificam e que tomam por universal. Uma forma de hierarquização é estabelecer uma identidade como norma, neste caso, a identidade “normalizada” pode até mesmo “deixar de ser identidade”, pelo menos por integrantes da identidade que retém o privilégio de classificar. Assim, a identidade só existe no “outro”. As características positivas são atribuídas ao grupo dominante que é normalizado e este grupo é o parâmetro para a classificação valorativa de outros grupos, a

²¹ CATÁLOGO SELETIVO DE DOCUMENTOS REFERENTES AOS POVOS INDÍGENAS DA PROVÍNCIA DO PARANÁ: 1853-1870. Curitiba: Imprensa Oficial, 2007. ISBN 978-85-99404-02-7, p. 18.

²² MARTINS, Romário. Terra e Gente do Paraná. Curitiba: Farol do Saber 1995, p. 229.

partir de ideia que faz de si mesmo.²³ Enquanto oprime, explora e mantém pela força as outras identidades na condição de sub-humanos, destituindo seus sujeitos das possibilidades mais elementares de subsistência, agindo com astúcia, praticando o roubo, o assassinio e a perfídia, impondo um sistema de produção baseado na ganância, o homem branco, paranaense ou brasileiro, acusava a incapacidade natural do Outro, que pode ser pardo, mulato, índio, amarelo ou qualquer coisa que não seja identificada como branco.

Como esses sujeitos estavam identificando o(s) Outro(s)? Apesar dos Catálogos de documentos definirem pardo como “em geral, pessoa livre, mas descendente de escravos”, o maior número de referência a pardo, no periódico *Dezenove de Dezembro* (1854-1888), trata de pessoas escravizadas. Vejamos algumas referências para conhecermos como o termo pardo aparece:

“Aluga-se um pardo cozinheiro; nesta typographia se dirá quem o tem.”²⁴

“Compra-se uma parda moça, que saiba cozinhar, lavar, engomar e costurar (...).”²⁵

“Na praça do juízo commercial da Villa do Príncipe (Lapa), serão arrematados, nos dias 4 e 5 de agosto, por quem melhor preço oferecer, os bens pertencentes a Joaquim de França Ribas (...), um bom sitio aquém do registro Velho, (...), um

escravo preto Thimoteo, de 50 anos por 150\$000, um dito Benedito, pardo de 11 anos, por 300\$000, um dito Pampilho pardo, de 9 anos, por 200\$000, uma dita Laura parda, de 4 anos, por 200\$000, uma dita Martha, mulata, de 3 anos, por 150\$000, uma dita Esthella, mulata, de 2 anos, por 100\$000, dez bestas mansas, por 12\$000, uma escrava Gabriella, preta, crioula, por 500\$000, uma dita Izabel, crioula, parda e idiota, de 22 anos, por 100\$000 (...).”²⁶

“Fugiu, há mais de dous mezes, da Villa do Príncipe, a escrava Senhorinha, parda muito clara, de 42 anos de idade, de estatura regular, cabelos crespos, nariz afilado, rosto descarnado, desdentada; falla um pouco fanhoso, tem os pés pequenos, grosseiros e muito encardidos, com os dedos abertos; levou vestido de mescla azul (...).”²⁷

“(...) para serem vendidos em hasta publica os escravos: Escrava parda, de nome Romana, de 30 annos, com um filho de três mezes 1:400\$000, Euzebio; Escravo pardo, de nome João, filho da mesma, de 12 anos, 800\$000; Escrava parda, de nome Laurinda, de 7 ou 8 annos, filha da mesma 600\$000; Escrava parda Adelaide, de 5 annos, filha da mesma, 400\$000; Escravo pardo, de nome Sergio, de 3 annos, filho da mesma; Escravo preto, de nome Antonio, de 13

23 SILVA. *Ibid.*, p. 84.

24 DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curityba, 18/03/1856, anno III, n° 123. Museu Paranaense, v.06, n 325-350.

25 DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curityba, 10/06/1860, anno VII, n° 228.

26 DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curityba, 22/06/1864, anno III, n° 432.

27 DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curityba, 18/01/1867, anno III, n°518.

annos, 1.000\$000; Escrava parda, de nome Felisberta, 16 annos, 1.200\$000.”²⁸

“Fugiu de Paranaguá, no dia 4 do corrente, o escravo Miguel, pertencente aos abaixo assignados. É pardo escuro, barbado, falla fina e tem bons dentes. É baixo e reforçado, tem um signal de golpe em hum dos punhos (...)”²⁹

“Fugiu (...) um escravo de nome Benedicto, de idade de 50 annos, pouco mais ou menos, pardo claro, altura ordinária, fino de corpo, bem barbado, bom carpinteiro, tem o braço direito deslocado do ombro e por isso um pouco mais seco que o outro. Esse escravo foi crioulo do fallecido Joaquim Antonio Guimaraes (...)”³⁰

“Setembro, 01- Foi encontrado morto, nas praias de Paranaguá, no logar denominado Estaleiro, a parda Chrtistina, escrava de José Pinto de Amorim (...). As pesquisas feitas deram logar ao processo que está em andamento contra o próprio senhor da escrava.”³¹

“Pela secretaria de policia se faz publico, que se acham na cadeia dessa capital o preto Fiel, que diz ser escravo de Tristão Cardoso de Menezes; o mulato Graciano José dos Santos, filho da parda Francisca, suposta escrava de Candido de Almeida, morador em Guarapuava, o qual diz ser livre; o mulato claro Candido, que diz ser livre, com quanto

tenha sido possuído por Libania Mauricia de Sá Ribas como escravo (...)”³²

“Nesta capital, no dia 26, falleceu o pardo João, escravo de Candido Martins Lopes, em consequência de haver voluntariamente tomado uma grande porção tartaro emético, que produziu a intoxicação.”³³

Estes são alguns exemplos de menções ao termo pardo. Estes exemplos são representativos de acontecimentos e situações que se repetem diversas vezes ao longo do período pesquisado. Pude contabilizar, além dos mencionados, mais oito casos de fuga de escravos classificados como pardos; mais quatorze leilões, envolvendo vários “pardos” em cada um deles; mais quatro casos de escravos “pardos” que se suicidaram; além de incontáveis referências a pardos presos, pardos depositados, pardos anunciados para venda e aluguel e etc, além, como se vê nos anúncios, dos pardos tomados, ilegalmente, como escravos. No total foram mais de 379 referências ao pardo (contam também algodão pardo, onça parda, besta parda e outras coisas desse tipo), no período de 1854 a 1888, apenas no jornal Dezenove de Dezembro. Tudo isso, possivelmente, é apenas a ponta do iceberg, pois são os casos mais notáveis que são noticiados e anunciados no jornal.

Ao ler estas notícias, estes anúncios, estes editais, perseguindo, leiloando seres humanos, crianças, jovens, adultos, idosos, ao lado de sítios, chácaras, bestas, casas e tudo que o povo da mercadoria compra e vende, salta aos olhos as descrições físicas

28 DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curityba, 12/04/1865, anno III, n°489.

29 DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curityba, 28/07/1875, anno III, n°852.

30 DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curityba, 26/04/1854, anno III, n°219.

31 DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curityba, 20/09/1876, anno III, n°754.

32 DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curityba, 18/09/1857, anno III, n°489.

33 DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curityba, 18/02/1856, anno III, n° 132.

detalhadas com perversidade. Como compreender essas diferentes referências aos tons de pele? É necessário fazer um estudo mais apurado de todas essas classificações, para que seja possível compreender, ou, no mínimo, imaginar como de fato os sujeitos se localizavam nessa paleta de cores do homem branco.

Outro aspecto que salta aos olhos e que confirma as ideias de Tomaz Tadeu da Silva sobre a identidade normalizada, que deixa de ser identidade, é a ausência do atributo branco, para classificar o homem branco. Não existe uma única referência que trate do “escravo Benedito, pertencente ao branco Candido Martins Lopes”, ou qualquer menção ao branco Fulano de tal. Quando existe a preocupação em determinar mais detalhadamente um sujeito branco, o recurso passa a ser a nacionalidade. Aparece então “o brasileiro João”, “o alemão Muller”, o “médico francês Augusto Stellfeld” e assim por diante, enquanto para os Kaingang, ou para os Guarani, os usos mais comuns são “índio bravo”, “índio aldeado”, “selvagens”, “infelizes”, “bárbaros” e etc; os negros, mulatos, crioulos, cablocos, mamelucos, vêm acompanhado das descrições físicas e de suas aptidões para o trabalho.

Existem casos de reivindicações de liberdade, feitas por pessoas ilegalmente escravizadas que, para justificar seu direito à liberdade, reivindicam seu pertencimento a uma identidade específica, mas que tem sua identidade negada, para que a escravização seja legitimada. É o caso de Mathias José dos Santos, que acessou a justiça pedindo sua liberdade se autoidentificando como índio, mas que é classificado

nos documentos como pardo.³⁴ Existem situações das mais diversas e igualmente variadas são as formas de descrição, identificação e classificação dos sujeitos, o que dificulta a missão de encontrar um lugar para o pardo na História, que não seja apenas nas estatísticas dos censos populacionais. As palavras também têm sua história.

Considerações finais

Durante uma meia hora olhei um por um e o que todas as senhoras tinham em comum: a roupa humilde, a pele escura, o rosto abatido pela Vidadura. Colocando flores sobre a sepultura (“podia ser a minha mãe”) Que loucura!³⁵

Quando um sujeito se autoidentifica como pardo, o que ele entende com isso? Alguma coisa para além de uma cor parda da pele? Ele consegue, consciente ou inconscientemente, pensar num passado? Um passado em comum com outros pardos? Qual o seu horizonte de expectativas? Existe algum sentimento de pertencimento a uma comunidade imaginada? É uma estratégia de ocultamento da identidade com a qual ele realmente se identifica, mas que é carregada de preconceitos? No Paraná, considerando o termo pardo como sinônimo de

34 OFÍCIO 02/01/1860 – 16/02/1860. **Ofício do Diretor Geral dos Índios do Paraná, para o presidente da província José Francisco Cardoso.** Guarapuava (PR). BR APPR. AP87.3.172-178.

35 Racionais Mc's. **A Fórmula Mágica da Paz.** Disco Sobrevivendo no Inferno, 1997.

miscigenação, ele poderia transitar entre botocudos, coroados, guaicurus, caiugua, índio manso, bárbaro, selvagens, africanos livres, mulatos, crioulo, negro da nação, negro do Congo, emigrantes, alemães, portugueses, índio aldeado, Canyuás, Guarany, mameluco, polaco, preto, Mina, Cabinda, Angola, Moçambique, Benguella, Mange, Monjolo, Cambandu, Macetan, Umbambe, Mucumim, Muvumbo, Angicos, parda livre, crioula parda, crioulo mulato escuro acaboclado, rebeldes, parda cabocla de raça por parte do avô, parda liberta, francês, russo, ucraniano, espanhol, italiano, sardenho, inglês, argentino, etc.³⁶ Todos esses grupos, adjetivos e formas de classificar e identificar o outro estão presentes na realidade social paranaense, da segunda metade do século XIX.

O pardo pode ser muitas coisas, mas o que ele não foi, ao longo do período analisado, é livre. No século XIX, o “século das raças”, segundo Domenico Losurdo,³⁷ o mestiço era o grau mais baixo da hierarquia social. O discurso pseudo-científico dos evolucionistas de plantão, considerava a miscigenação como a degeneração das raças, o que nos permite imaginar o lugar do pardo ou, o lugar onde a elite colonialista desejava colocá-lo. Como afirmei no início, não pretendo oferecer respostas, mas esboçar, em linhas gerais, algumas considerações sobre essa ficção criada pela mente colonialista que atravessou os séculos e toca, hoje, em mais de 90 milhões de brasileiros. O pardo

é, em geral, pessoa livre? Os números que respondam! ■

³⁶ Todas essas identificações foram retiradas das diversas edições do jornal Dezenove de Dezembro que eu analisei.

³⁷ LOSURDO, Domenico. **Colonialismo e luta anti-colonial**: desafios da revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2020, p.95.

[RICARDO OLIVEIRA.]

Doutorando do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina, na linha de pesquisa História Indígena, Etnohistoria e Arqueologia. E-mail: ricardopeyerle@gmail.com

Referências

ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo:** anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CÁRDENAS, Teresa. **Cachorro velho.** Rio de Janeiro: Pallas, 2010.

CATÁLOGO SELETIVO DE DOCUMENTOS REFERENTES AOS POVOS

DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curityba, 10/06/1860, anno VII, nº228.

DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curityba, 12/04/1865, anno III, nº489.

DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curityba, 18/01/1867, anno III, nº518.

DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curityba, 18/02/1856, anno III, nº422.

DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curityba, 18/03/1856, anno III, nº 123. Museu Paranaense, v.06, n 325-350. (preciso arrumar as referências).

DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curityba, 18/09/1857, anno III, nº179.

DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curityba, 20/09/1876, anno III, nº754.

DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curityba, 22/06/1862, anno VIII, nº 322.

DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curityba, 22/06/1864, anno III, nº432.

DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curityba, 26/04/1854, anno III, nº219.

DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curityba, 28/07/1875, anno III, nº852.

Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25998-menos-de-um-quarto-dos-deputados-federais-eleitos-sao-pretos-ou-pardos>.

Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26139-pretos-ou-pardos-sao-minoria-na-direcao-de-grandes-estabelecimentos-agricolas>.

Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25879-pretos-ou-pardos-representam-dois-tercos-dos-subocupados-em-2018>

Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25999-taxa-de-homicidio-de-pretos-ou-pardos-e-quase-tres-vezes-maior-que-a-de-brancos>

Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-populacao-chega-a-205-5-milhoes-com-menos-brancos-e-mais-pardos-e-pretos>

Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21206-ibge-mostra-as-cores-da-desigualdade>.

Disponível em: <https://www.dicio.com.br/pardo/>.

Disponível em: <https://www.dicio.com.br/pardo/>.

Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/sociedade-e-economia/15963-distribuicao-espacial-da-populacao-segundo-cor-ou-raca-pretos-e-pardos.html?edicao=16125&t=acesso-ao-produto>.

Disponível em: <https://www.sinonimos.com.br/pardo/>.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**. Tradução de Tomáz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

Indígenas na província do Paraná: 1853-1870. Curitiba: Imprensa Oficial.

LOSURDO, Domenico. **Colonialismo e luta anti-colonial: desafios da revolução no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2020.

MARTINS, Romário. **Terra e gente do Paraná**. Curitiba: Farol do Saber 1995.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

OFÍCIO 02/01/1860 – 16/02/1860. **Ofício do Diretor Geral dos Índios do Paraná, para o presidente da província José Francisco Cardoso**. Guarapuava (PR). BR APPR. AP87.3.172-178.

Orwell, George. **Dias na Birmânia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. **In: Epistemologias do sul/** Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses [orgs]. São Paulo: Cortez, 2010.

Racionais Mc's. **A fórmula mágica da paz.** Disco Sobrevivendo no Inferno, 1997.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org). "A produção social da identidade e da diferença." In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 4.